

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

## **Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à Negociação em Mercado Regulamentado**

### **1. Introdução e enquadramento**

Por governo das sociedades entende-se o sistema de direção, de gestão e de fiscalização das sociedades e a rede de relações entre os membros de órgãos sociais, as comissões societárias e os outros atores societários. A sua análise tem-se revelado um elemento de reforma imprescindível para o aperfeiçoamento dos mecanismos decisórios, de fiscalização e controlo interno e de participação de outros interessados (*stakeholders*) nas sociedades cotadas e em outras estruturas empresariais.

O governo das sociedades encontra já acolhimento em diversos preceitos do regime jurídico cabo-verdiano. Paradigmático é fato de o Código do Mercado de Valores Mobiliários consagrar um dever de divulgação de informação detalhada sobre o governo societário no seu artigo 131.º.

Mostra-se, no entanto, necessário estabelecer um quadro recomendatório complementar das regras legislativas.

De um lado, a evolução internacional favorece a aprovação de um acervo de orientações recomendatórias. O desenvolvimento internacional do governo societário desde os anos 1990 tem sido muito apoiado em códigos de governo de natureza recomendatória.

De outro lado, mostra-se desejável que as sociedades cotadas disponham de instrumentos de apoio em direção a práticas mais alinhadas com o bom governo societário. Encontra-se, aliás, demonstrado que da adesão às boas práticas de governo das sociedades resultam benefícios em primeiro lugar, para as próprias empresas emitentes, que encontram nas diretrizes de governo societário uma para os investidores e para o crescimento económico em geral.

Neste quadro, a AGMVM entendeu ser oportuna a aprovação e divulgação de um Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à Negociação em Mercado Regulamentado. Trata-se de um conjunto sistematizado de Recomendações dirigido a sociedades emitentes de ações ou de obrigações admitidas à negociação em bolsa em Cabo Verde (também aqui designadas sociedades cotadas).

O Código estrutura-se em torno de três partes: uma parte geral, dirigida a todas as sociedades cotadas e duas partes especiais: uma dedicada às sociedades emitentes de ações ou de valores



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

mobiliários que confirmam direito à sua aquisição admitidas à negociação em bolsa em Cabo Verde; e outra dirigida a sociedades emitentes de obrigações admitidas à negociação em bolsa em Cabo Verde. Caso as sociedades cotadas emitam apenas ações cotadas, devem ter em referência as duas primeiras partes, caso também emitam obrigações admitidas à negociação em bolsa, devem ter em referência a totalidade do Código.

Procura-se que este Código se assuma como um instrumento de modificação e de progresso das práticas efetivas de governo das empresas cotadas, em defesa do mercado e dos investidores e em prol da otimização organizativa e de desempenho das próprias empresas abrangidas.

O Código de Governo complementa as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis às sociedades cotadas. Designadamente, a divulgação do grau de acolhimento das recomendações fixadas neste Código realiza-se através do relatório anual de governo das sociedades, em termos estabelecidos no Regulamento da AGMVM n.º 1/2016, de 6 de Maio, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21- II Série.

### **Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à Negociação em Mercado Regulamentado**

#### **Âmbito e definições**

O presente Código contém recomendações dirigidas às sociedades emitentes de ações ou de obrigações admitidas à negociação em bolsa em Cabo Verde. Outras sociedades podem, porém, voluntariamente decidir acolher o Código, no todo ou em parte.

Para efeitos do presente Código, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) Ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade;
- b) Ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **I - Parte Geral**

#### **1. Informação**

- 1.1 - A sociedade deve constituir uma estrutura organizativa que assegure, de forma rigorosa e atempada, a divulgação de informação aos accionistas, aos investidores, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.
- 1.2 - O Conselho de Administração, o órgão de fiscalização e eventuais comissões societárias constituídas para apoio dos órgãos sociais devem dispor de regulamentos internos.
- 1.3 - A sociedade deve proporcionar, através do seu sítio na *Internet* acesso a informações relevantes sobre os seus indicadores económicos, financeiros e o modelo e práticas de governo, compreendendo designadamente: i) os regulamentos internos dos órgãos sociais e de comissões societárias; ii) a composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das comissões societárias; iii) os documentos de prestação de contas dos últimos três anos; iv) as convocatórias das assembleias-gerais e as propostas apresentadas nas assembleias-gerais.

#### **2. Informação financeira e Auditoria**

- 2.1 - O órgão de fiscalização deve estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o auditor externo ou contabilista certificado e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.
- 2.2 - As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos.
- 2.3 - O regulamento interno da sociedade deve fazer depender de autorização do órgão de fiscalização a prestação de serviços diversos de auditoria pelo auditor ou por outra entidade que integre a mesma rede.

#### **3. Conflitos de interesses**

- 3.1 - As sociedades devem prever mecanismos eficazes para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- 3.2 - Os administradores devem comunicar ao Conselho de Administração todas as transações relativas a valores mobiliários emitidos pela sociedade, bem como, relativas a instrumentos financeiros com estes relacionados, feitas por si ou por qualquer pessoa estreitamente relacionada, designadamente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união de fato, descendentes a seu cargo e outros familiares que com ele coabitem há mais de um ano e, bem assim, por qualquer outra entidade que seja, direta ou indiretamente, dominada por si, constituída em seu benefício ou de que seja administrador.
- 3.3 - As transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas, negociadas e executadas de modo a assegurar a gestão adequada de potenciais conflitos de interesses, bem como a proteção dos interesses do emitente e dos seus acionistas.

#### **4. Orgânica e modelo de governo**

- 4.1 - As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação dos órgãos sociais e do desempenho individual dos seus membros.
- 4.2 - As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação das opções tomadas em matéria de modelo de governo societário e de estrutura orgânica interna.
- 4.3 - O Conselho de Administração deve constituir no seu seio as comissões especializadas que entenda necessárias para a avaliação, definição, acompanhamento, supervisão ou fiscalização de matérias ou de áreas de gestão específicas, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de remunerações e avaliação do desempenho, nomeações de quadros dirigentes e desempenho do órgão de administração executivo.
- 4.4 - As sociedades devem dispor de um sistema de controlo interno eficaz e adequado à sua dimensão, complexidade e riscos que afetam a sua atividade.
- 4.5 - O regulamento do Conselho de Administração deve prever que em caso de conflito de interesses, o membro do Conselho de Administração que se encontrar em conflito deve informar previamente a sociedade sobre a existência de conflito e deve descrever a natureza e extensão de tal interesse e, caso este seja substancial, abster-se de participar em qualquer reunião em que decorra a discussão ou a votação de qualquer proposta que a esse conflito de interesses diga respeito, sem prejuízo da observância de outras normas legais ou regulamentares sobre conflito de interesses.



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- 4.6 - As sociedades devem promover uma relação de equilíbrio no que se refere ao género dos membros dos órgãos sociais, comprometendo-se a incluir pelo menos 30% do género sub-representado nos órgãos sociais.
- 4.7 - A sociedade promove os melhores esforços para que os Estatutos, regulamentos, demais documentos reguladores da vida da sociedade e as práticas adotadas sejam alterados, de modo a que a inclusão de candidatos em listas a submeter a votação em assembleia - geral por sócios, ou a apresentação de candidatos para designação pelo órgão de administração e fiscalização seja obrigatoriamente precedida de um processo de seleção e avaliação.
- 4.8 - Os membros do órgão de administração e fiscalização têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer fato superveniente à sua designação que altere ou possa alterar, segundo uma apreciação razoável, a avaliação da sua aptidão individual, idoneidade, experiência, competência e conhecimentos, disponibilidade ou adequação às funções atribuídas.

### **5. Órgão de fiscalização**

- 5.1 - Os membros do órgão de fiscalização devem possuir a experiência e qualificação profissional necessárias ao exercício das suas funções, tendo em conta a responsabilidade subjacente ao exercício das competências que lhes são atribuídas, a complexidade da atividade da sociedade e a respetiva dimensão.
- 5.2 - O órgão de fiscalização deve incluir pelo menos um membro que seja auditor ou contabilista certificado.
- 5.3 - Pelo menos metade dos membros do órgão de fiscalização deve ser independente.

### **6. Relações entre órgãos**

- 6.1 - O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os titulares dos órgãos da sociedade têm o poder de exigir informações sobre a atividade da sociedade aos demais titulares do mesmo órgão e aos demais órgãos da sociedade, na medida em que se revelem necessárias ou convenientes para o pleno exercício das suas competências.
- 6.2 - O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

6.3 - O regulamento do Conselho de Administração deve prever que até à sua divulgação pública, nos termos da lei, todos os membros dos órgãos sociais, colaboradores, acionistas, prestadores de serviços e demais pessoas que tenham tido acesso a informação privilegiada devem guardar estrita confidencialidade, independentemente da natureza do vínculo existente com a sociedade.

## **II - Sociedades emitentes de ações ou outros valores mobiliários que confirmam direito à sua subscrição ou aquisição**

### **7. Assembleia-geral e participação acionista**

7.1 - As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias-gerais.

7.2 - O Presidente e, caso exista, o Vice-Presidente da mesa da assembleia-geral devem ser independentes.

### **8. Órgão de administração**

8.1 - As sociedades devem incluir um número adequado de administradores não executivos independentes, pelo menos superior a metade do número dos administradores executivos, a quem cabe em particular:

- a) Acompanhar a eficácia dos sistemas de controlo interno;
- b) Acompanhar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- c) Acompanhar o cumprimento das regras internas em matéria de prevenção e de gestão de conflito de interesses;
- d) Contribuir ativamente para a definição e execução da estratégia da sociedade.

8.2 - As sociedades devem submeter a possibilidade de exercício, por administradores executivos, de funções executivas noutras sociedades a aprovação prévia do Conselho de Administração ou do órgão de fiscalização.

8.3 - As sociedades devem adotar uma Política de remunerações que assegure o alinhamento de interesses dos administradores e demais dirigentes com o interesse da sociedade e que seja baseado no desempenho efetivo.

8.4 - A estrutura da remuneração individual dos administradores deve assegurar um equilíbrio entre a componente fixa e variável e entre os incentivos de curto, médio e longo prazo, devendo o



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

pagamento de uma parte da remuneração variável não inferior a 30% ser diferido por um período mínimo de 3 anos.

- 8.5 - As sociedades devem divulgar no relatório sobre o governo das sociedades a remuneração dos administradores executivos, os planos existentes de distribuição de ações e os traços gerais dos sistemas de benefícios de reformas.
- 8.6 - Quando a dimensão da sociedade assim o justifique, deve ser criada uma comissão de remuneração composta por uma maioria de membros independentes.

### **III - Entidades emitentes de obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida**

#### **9. Assembleias de obrigacionistas**

- 9.1 - As entidades emitentes de obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida asseguram e suportam os custos relativos aos meios humanos, técnicos e materiais adequados à realização das assembleias de obrigacionistas e ao cabal desempenho das competências do representante comum dos obrigacionistas.
- 9.2 - As deliberações da assembleia de obrigacionistas sobre propostas de concordata e de acordo de credores, assim como de autorização do representante comum para a propositura de ações judiciais, bem como, quaisquer outros assuntos relativos ao exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações perante a sociedade emitente são aprovados, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.

#### **10 - Representante comum dos obrigacionistas**

- 10.1 - O representante comum dos obrigacionistas deve ser independente em relação à sociedade emitente, o que se considera não acontecer quando beneficie ou tenha beneficiado de vantagens particulares da sociedade, quando tenha estabelecido uma relação comercial significativa com a sociedade ou com outra que, com esta, se encontre em relação de domínio ou de grupo ou quando esteja vinculado a interesses de empresa concorrente.

- 10.2 - O representante comum dos obrigacionistas informa a assembleia de obrigacionistas de qualquer fato superveniente que gere ou possa vir a gerar uma situação em que a

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

prossecução do interesse comum dos obrigacionistas conflitue com um interesse próprio, ou com um interesse de pessoa ou entidade com ele vinculada.

- 10.3 - Nos casos indicados no ponto 10.2, o representante comum dos obrigacionistas não pode atuar em representação dos obrigacionistas até que a assembleia de obrigacionistas o autorize, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.
- 10.4 - O representante comum dos obrigacionistas prossegue o interesse comum dos obrigacionistas e exerce as suas competências assegurando a igualdade de tratamento dos obrigacionistas.
- 10.5 - Apenas em casos excepcionais pode o representante comum dos obrigacionistas promover formas de exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações que privilegiem um ou mais obrigacionistas. Esta faculdade, bem como a prossecução simultânea de interesses particulares de obrigacionistas, depende de autorização por deliberação maioritária da assembleia de obrigacionistas, em que o obrigacionista relevante não pode votar e que deverá contar com o voto favorável dos obrigacionistas afetados

Publicado em formato de brochura

**Código dos Emitentes de Valores Mobiliários  
admitidos à negociação em mercado  
regulamentado / AGMVM. - Banco de Cabo Verde, 2016**